

O PNE firmou que os entes federados devem estabelecer nos respectivos planos de educação estratégias que considerem as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural. Ademais, todo o PNE reforça a atenção que merece ser dada aos povos indígenas e outros segmentos historicamente secundarizados nas políticas educacionais, seja na educação básica, seja na educação superior.

A secretaria que institucionalmente se responsabilizava pela educação escolar indígena no MEC, a Secadi, foi extinta já nos primeiros atos de governo, o que sugere uma forte mudança na condução das políticas para a inclusão educacional e reconhecimento das diversidades, notadamente aquelas direcionadas aos povos indígenas.

Diante desse cenário, requeremos informações, a partir das indagações que se seguem, sobre as políticas nacionais voltadas aos povos indígenas, se possível e quando couber, desagregadas por unidade federativa:

1. Quais iniciativas, ações e políticas voltadas à educação escolar indígena estão sendo desenvolvidas pelo MEC pelo país? Como atendem o estado de Mato Grosso?
2. Qual o volume de recursos foi aplicado, no período 2014-2018, em ações voltadas para a educação escolar indígena, no Brasil (e em Mato Grosso)?
3. Qual a previsão de recursos (e em quais ações) para os povos indígenas para o período 2019-2020, por parte do MEC?
4. Quais as dotações específicas destinadas para o estímulo à formação inicial e continuada de professores indígenas no Brasil (e em Mato Grosso), especialmente em relação às licenciaturas interculturais indígenas?
5. Quais iniciativas e valores estão previstos para execução em 2019 (Brasil e Mato Grosso):
 - a. em produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngues ou em português?
 - b. no apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação da oferta de educação escolar em terras indígenas?
 - c. na promoção do Controle Social Indígena?
 - d. em formação inicial e continuada – magistério e licenciaturas interculturais:
6. Há, atualmente, acompanhamento e estímulo para a implementação dos territórios etnoeducacionais, de que trata o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009?
7. Há estudos sobre (e/ou a intenção de induzir) adoção de concursos específicos para professores para atendimento da educação escolar indígena?

8. Como eventuais e/ou adicionais novas restrições orçamentárias impostas ao MEC atingem, por exemplo, os programas de assistência estudantil voltados ao estudantes indígenas?

Apesar de a educação indígena ter sido contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE), o tema ainda não está fortalecido na agenda do país, e precisa permear o regime de colaboração específico para a implementação da modalidade, considerando, inclusive, a realidade dos territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade, conforme afirma o PNE.

É fundamental, assim, que o poder público promova formas de colaboração diferenciadas, fortaleça a educação nas próprias comunidades e que desenvolva materiais didáticos próprios. Que haja estímulo à formação dos professores e aos instrumentos de acompanhamento que considerem as especificidades territoriais, linguísticas e socioculturais dos diferentes povos indígenas, entre outras iniciativas.

É em tal direção que requeremos as informações solicitando o apoio dos nobres pares.

Sala das Comissões, em de maio de 2019.

Deputada PROFESSORA ROSA NEIDE
(PT-MT)